

RESENHA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO “O MODELO SOCIALISTA DE
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CPA-MST):
CONTRADIÇÕES E AVANÇOS - ESTUDO DE CASO DA COPAVA” DE
FERNANDA THOMAZ¹.

Pietra Cepero Rua Perez ²
pietracepero@hotmail.com

A dissertação de Fernanda Thomaz (2010) é fruto de uma pesquisa sobre a experiência de uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) implantada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). A partir do estudo da Copava (Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida), situada na Agrovila III do Assentamento Fazenda Pirituba³, no município de Itaberá, no sudoeste do Estado de São Paulo, a autora procura esmiuçar os hiatos e contradições entre a teoria e a prática do modelo socialista de agricultura coletiva proposto pelo MST.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado *Bases Teóricas da Coletivização do MST*, parte de um panorama histórico do plano das ideias e de uma discussão sobre o papel do campesinato no processo de superação da sociedade capitalista para a construção da sociedade socialista para, em seguida, realizar a análise de experiências de coletivização da produção agropecuária em países socialistas que serviram de base para a construção das CPAs do MST. No segundo capítulo, intitulado *Agricultura coletiva na Copava*, calcado em um vasto material empírico⁴, é traçada a história desta CPA desde os primeiros momentos da ocupação da Fazenda Pirituba e, em seguida, é feito um profundo relato acerca do cotidiano dos

¹ THOMAZ, Fernanda. **O modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços- estudo de caso da Copava**, (Dissertação de mestrado) São Paulo: USP, FFLCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2010.

² Graduanda em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Iniciação Científica CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Valeria de Marcos

³ A Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itapeva e Itaberá, foi palco de um processo conturbado para a implantação da Lei de Revisão Agrária. Parte foi ocupada pelo MST, resultando na formação de seis Agrovilas. Ainda hoje o MST continua lutando pela consolidação da agrovila VI. Dada à importância da história da ocupação da Fazenda Pirituba pelo MST, a comemoração dos 20 anos do movimento foi sediada na Fazenda Pirituba.

⁴ Os trabalhos de campo foram feitos sob a perspectiva da pesquisa participante. Foram acompanhadas as atividades realizadas pela CPA e foram realizadas entrevistas com cooperados e não-cooperados, ocasião em que buscou-se ouvir pessoas que integram a Copava desde o início; pessoas que fizeram parte da Copava e saíram dela; pessoas que saíram e voltaram para a Copava; pessoas que não quiseram fazer parte da Copava; pessoas que integraram a Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila III e não a Copava; pessoas que integraram a extinta Copase (Cooperativa de Produção Agropecuária Sete de Setembro), também localizada na Agrovila III e não a Copava.

diferentes setores que compõem a Copava⁵. No terceiro e último capítulo, *Contradições e Conquistas da Copava*, a autora, através de uma profunda reflexão, busca compreender o hiato entre teoria e prática, destacando a lógica e as diferenças entre o trabalho/território socialista e o trabalho/território camponês, analisando também outras experiências de CPAs do MST⁶.

Na primeira parte, Thomaz destaca que a análise do desenvolvimento do capitalismo no campo não é consensual dentro do marxismo, apontando para as três vertentes de compreensão desse processo identificadas por Oliveira (2007): “a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios”, “a permanência das relações feudais” e “a criação e recriação do campesinato e do latifúndio”. Defende então que a “concepção marxista ortodoxa da questão agrária e da questão camponesa” (Thomaz 2010, p.16) será a base teórica para as experiências de coletivização da produção agropecuária na URSS, como os kolkozos e sovkozos, as CPAs cubanas, e posteriormente as CPAs do MST.

Em seguida, explica como se darão as discussões nas Internacionais entre anarquistas e marxistas no século XIX, bem como dentro do partido comunista e social-democrata. A questão central era como se daria a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. Na discussão da questão agrária, considerando que até aquele ponto a grande empresa agrícola não era muito difundida, duas questões eram centrais: após a transformação socialista da sociedade, quais seriam os caminhos da propriedade da terra? Visto que na maior parte dos países a propriedade camponesa é importante, como se realizaria a organização da produção agrícola?

Para os marxistas, a propriedade deveria ser nacionalizada⁷ e a organização da produção agrícola deveria se dar através da priorização das grandes unidades de produção em detrimento da pequena produção camponesa. O caminho a ser trilhado seria o do incentivo à formação de cooperativas de produção agrícola, as quais seguiriam o modelo da grande unidade de produção, privilegiando uma maior divisão do trabalho, a especialização, a mecanização e o controle do tempo de produção. O

⁵ São eles: Agrícola, Suinocultura, Pecuária, Horta de Verduras, Bar e Padaria, Máquinas e Oficina Mecânica, Ciranda Infantil, Segurança e Administração.

⁶ As outras CPAs analisadas pela autora através de material bibliográfico foram a Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo (Copajota), em Promissão, estudada por Mirian Claudia Lourenção Simonetti (1999); a Cooperativa Agropecuária Vitória (Copavi), em Paranacity-PR, estudada por Paula Camargo (2010) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Derly Cardoso (Copadec), na área IV da Fazenda Pirituba, estudada por Léa Lameirinhas Malina (2009).

⁷ A questão da nacionalização das terras tem como objetivo eliminar a renda da terra absoluta.

principal objetivo era concretizar a transformação do camponês em trabalhador agrícola. Esta foi a lógica de organização de cooperativas agrícolas adotada pelos países socialistas, nas quais terra, meios de produção e frutos do trabalho eram coletivizados. A produção era racional, intensiva e praticada através de métodos modernos, a partir do uso de máquinas, ferramentas e adubos.

No que se referem às CPAs do MST, elas foram gestadas em um momento crucial para o movimento. Após as primeiras conquistas, passavam a ocorrer a implantação dos primeiros assentamentos, momento em que surgiam as primeiras críticas à sua forma de atuação. Assim, para garantir sua consolidação era preciso provar a viabilidade da reforma agrária em oposição ao modelo agrário então vigente. A partir das primeiras práticas de cooperação nos assentamentos, a saída encontrada, entre os anos de 1985 e 1990, foi a implantação das CPAs⁸ baseadas na coletivização da produção através de uma extrema divisão do trabalho, da mecanização da produção, do uso de tecnologias e, como gestão, de uma estrutura administrativa organizada em representantes dos setores, secretário e presidente da CPA.

Das experiências dos Kolkozos e Sovkozos, foram incorporadas a maneira da divisão da renda por hora trabalhada; a autonomia financeira dos setores; a posse da parcela da terra para cultivo individual. Das cooperativas do Leste Europeu, foi incorporada a discussão sobre os direitos trabalhistas dos cooperados. Das CPAs cubanas, foram incorporadas a criação de gado e suínos; a produção para o autoconsumo; a setorização e divisão do trabalho, com o controle do setor realizado por um coordenador; o pagamento de um adiantamento em dinheiro ao cooperado, além do modelo de organização da Agrovila.

No final da década de 1980 e o início da década de 1990, o MST incentivou massivamente a formação de CPAs, estimuladas por razões econômicas, sociais, políticas e pedagógicas. Para auxiliar nesse processo criou-se o Laboratório Organizacional de Clodomir Santos Morais, ativo até 1992, no qual eram apresentados os fundamentos do trabalho associativo, sendo o trabalho camponês apresentado como individualista. O objetivo era o de impor a lógica de trabalho empresarial da cooperativa.

⁸ As CPAs propostas pelo MST constituem-se em um modelo empresarial, porém não há a extração de mais-valia. Elas possuem personalidade jurídica e são registradas na Junta Comercial como empresas cooperativistas, sendo regidas pela legislação cooperativista brasileira. Para a Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil), as CPAs são o grau máximo de cooperação, onde a coletivização é do trabalho, da terra, dos meios de produção e da comercialização.

A Copava surge em 1993, sete anos depois da ocupação da área III⁹. Os associados da Copava, ao passarem a integrá-la, devem doar seus lotes de terra para a cooperativa. Cada família pode associar até duas pessoas. O modelo de produção é intensivo, com alta mecanização e utilização de insumos, ainda que nem todos os setores ou atividades sejam mecanizados, como é o caso da horta e da carpa do arroz. Atualmente, seu carro-chefe é a produção da soja, mas também possui destaque a produção do arroz e do feijão¹⁰.

A partir do acompanhamento do cotidiano dos setores a autora busca compreender a lógica da organização do trabalho socialista e as contradições da implantação de um modelo socialista em uma sociedade capitalista. Um dos principais pontos discutidos refere-se aos motivos que levaram alguns assentados a não aderirem à Copava, e os motivos que levam outros a dela saírem. A partir dessa reflexão a autora abrirá a discussão sobre as diferenças e contradições entre a organização do trabalho/território camponês e aquela socialista

Entre os limites indica a limitação de associados por famílias, fato que deixa alguns membros da família sem trabalho no interior da Copava, obrigando-os a buscá-lo fora do assentamento. Entre as contradições, aponta o fato do modelo propor a mecanização intensiva, o que gera a diminuição da demanda por força de trabalho, ao mesmo tempo em que muitos setores demandam uma alta quantidade de força de trabalho em alguns momentos do ano, o que gera a necessidade de deslocamento temporário de alguns trabalhadores de outros setores ou, quando isso não é possível ou não é suficiente, a necessidade de pagamento de jornadas de trabalho a não-associados para que as atividades possam ser realizadas em tempo hábil. Outro ponto destacado diz respeito às horas trabalhadas e ao acesso aos frutos do trabalho: para evitar uma diferenciação interna entre os cooperados, decorrente do total de horas que cada atividade demanda para sua realização, a cooperativa decidiu estabelecer um teto máximo de 210 horas mensais de trabalho. Outra contradição mencionada, e que passou a ser uma questão importante para a (re)produção deste modelo, refere-se à perda de uma análise global do processo produtivo, decorrência da autonomização dos setores,

⁹ Anterior à sua formação havia ocorrido a constituição da Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila III. No mesmo momento em que a associação é desfeita e é formada a Copava, algumas famílias formaram a Copase (Cooperativa de Produção Agropecuária Sete de Setembro).

¹⁰ A Concrab não recomenda a produção de grãos, como a soja, mas mesmo assim a Copava tem na soja sua principal fonte de renda.

fato que implicou na priorização dos problemas vivenciados pelo setor em detrimento daqueles vivenciados pela cooperativa.

A Copava possui um alto custo de manutenção, sendo comum o endividamento para conseguir comprar maquinário, fato que coloca em risco o equilíbrio econômico em caso de quebras de safra, como ocorreu em 2005 com a quebra da safra de trigo. As dívidas colocam em risco os ganhos dos cooperados, pois no final do ano agrícola, o que o associado recebe é o resultado de suas horas trabalhadas, das quais são abatidas, proporcionalmente, as dívidas e os custos de manutenção da Cooperativa¹¹. Para manter esse modelo, a Copava passou a firmar contratos com empresas capitalistas, como foi o caso da BioVerde. A empresa fornece a semente e os insumos e a Copava entra com a mão de obra, devendo fornecer uma quantidade pré-estabelecida pela empresa de sacas de soja (com preço fechado no contrato), podendo comercializar com terceiros apenas o excedente, caso ele venha a existir. Para a autora, isso permite compreender como ocorre a (re)produção e (re)criação de relações não-capitalistas de produção no interior do sistema capitalista.

Thomaz privilegia a análise da esfera do trabalho, apontando que a transição da lógica de trabalho camponês para aquela do trabalhador agrícola é rodeada de tensões, problemáticas e questionamentos. A partir de uma análise de “dentro” da experiência, busca compreender como ocorre a construção de um novo território - a partir de uma organização do trabalho e dos frutos do trabalho de concepção socialista, da coletivização da terra, dos meios de produção e dos frutos do trabalho - em uma sociedade capitalista. Busca ainda desvendar suas contradições e avanços, através do estudo comparativo entre a constituição do trabalho familiar camponês e do trabalho setorizado e especializado socialista. Ao longo de sua pesquisa, por mais que procure entender as contradições presentes na experiência e refletir sobre a forma de superá-las, ela não ignora que a Copava, ao longo de uma trajetória de quase vinte anos, possui acertos e que represente uma frente de resistência, mesmo diante de todas as dificuldades presentes na tarefa de construir uma experiência socialista em um mundo capitalista.

¹¹ Houve anos que os associados não chegaram a receber nada. A Copava, para superar esse impasse, criou um sistema de adiantamento. Assim, ao longo do ano agrícola, se o cooperado necessitar de dinheiro é possível retirar adiantado, sendo o total das retiradas abatido no final do ano agrícola.